

PORTARIA Nº 1921, DE 21 DE SETEMBRO DE 2021.

Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA da servidora GEUSA CARMEM DA SILVA em virtude do advento da Emenda Constitucional nº 103/2019 e dos dispositivos contidos no Capítulo V-A da Lei Complementar Municipal nº 42/2006 (Estatuto dos Servidores Públicos).

ALAN TOGNI, Secretário de Administração do Município de Lucas do Rio Verde, no uso das atribuições estabelecidas no Decreto nº 4.560, de 25 de novembro de 2019, e

Considerando o advento da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, publicada no D.O.U. de 13 de novembro de 2019, que nos §§ 2º e 3º do art. 9º estabeleceu: “§ 2º O rol de benefícios dos regimes próprios de previdência social fica limitado às aposentadorias e à pensão por morte”; e: “§ 3º Os afastamentos por incapacidade temporária para o trabalho e o salário-maternidade serão pagos diretamente pelo ente federativo e não correrão à conta do regime próprio de previdência social ao qual o servidor se vincula”;

Considerando o teor da Nota Técnica SEI nº 12212/2019/ME, de 22 de dezembro de 2019, aprovado pelo Secretário de Previdência do Ministério da Economia e que trata da “análise das regras constitucionais da reforma previdenciária aplicáveis aos regimes próprios de previdência social dos entes federados subnacionais” em que se classifica como interessados os “Regimes Próprios de Previdência Social dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”;

Considerando que a Nota Técnica SEI nº 12212/2019/ME pontua em seu Item 84 que “*[n]os termos do aludido art. 9º da EC nº 103, de 2019, podemos mencionar, entre outras, as seguintes prescrições constitucionais com eficácia plena e aplicabilidade imediata aos regimes próprios de previdência social dos entes federativos: (a) limitação do rol de benefícios às aposentadorias e à pensão por morte; (b) os afastamentos por incapacidade temporária para o trabalho e o salário-maternidade não devem ser pagos à conta do RPPS, ficando a cargo do Tesouro dos entes federativos, passando agora a ser considerado como um benefício estatutário e não mais previdenciário, integrando a remuneração para todos os fins*”;

Considerando que a Nota Técnica SEI nº 12212/2019/ME afirma em seu Item 86 que “*[a]s normas dos entes federados incompatíveis com a EC nº 103, de 2019, não são recepcionadas por esta, perdem a sua vigência diante da revogação, mesmo que não haja preceito revogatório expresso. Em verdade, a autoridade hierárquico-normativa da Constituição, cuja supremacia absoluta é reconhecida pelo colendo STF de forma inequívoca, independe do conteúdo do preceito constitucional, ou seja, da matéria de fundo presente na Constituição*”;

Considerando o disposto nos artigos 94-A a 94-F da Lei Complementar Municipal nº 42/2006 (*Estatuto dos Servidores Públicos*), acrescidos pela Lei Complementar Municipal nº 207/2020;

Considerando o trâmite no Processo Administrativo nº 5799.001-20211 realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoas,

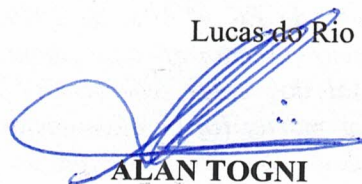
RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício **AUXÍLIO-DOENÇA**, a servidora Sra. **GEUSA CARMEM DA SILVA**, efetiva no cargo de **PROFESSOR DE PEDAGOGIA - 30H**, lotada na **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE**, com vencimentos integrais, a partir de **16 de SETEMBRO de 2021** e término em **30 de SETEMBRO de 2021**, nos termos dos §§ 2º e 3º do Art. 9º da EC nº 103/2019 c/c o art. 94-A, inciso I da Lei Complementar Municipal nº 42/2006.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 16 de Setembro de 2021.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lucas do Rio Verde - MT, 21 de setembro de 2021.



ALAN TOGNI

Secretário Municipal de Administração



ELAINE BENETTI LOVATEL

Secretária de Educação

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

PORTARIA Nº 1921, DE 21 DE SETEMBRO DE 2021.

Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA da servidora GEUSA CARMEM DA SILVA em virtude do advento da Emenda Constitucional nº 103/2019 e dos dispositivos contidos no Capítulo V-A da Lei Complementar Municipal nº 42/2006 (Estatuto dos Servidores Públicos).

ALAN TOGNI, Secretário de Administração do Município de Lucas do Rio Verde, no uso das atribuições estabelecidas no Decreto nº 4.560, de 25 de novembro de 2019, e

Considerando o advento da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, publicada no D.O.U. de 13 de novembro de 2019, que nos §§ 2º e 3º do art. 9º estabeleceu: “§ 2º O rol de benefícios dos regimes próprios de previdência social fica limitado às aposentadorias e à pensão por morte”; e: “§ 3º Os afastamentos por incapacidade temporária para o trabalho e o salário-maternidade serão pagos diretamente pelo ente federativo e não correrão à conta do regime próprio de previdência social ao qual o servidor se vincula”;

Considerando o teor da Nota Técnica SEI nº 12212/2019/ME, de 22 de dezembro de 2019, aprovado pelo Secretário de Previdência do Ministério da Economia e que trata da “análise das regras constitucionais da reforma previdenciária aplicáveis aos regimes próprios de previdência social dos entes federados subnacionais” em que se classifica como interessados os “Regimes Próprios de Previdência Social dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”;

Considerando que a Nota Técnica SEI nº 12212/2019/ME pontua em seu Item 84 que “*[n]os termos do aludido art. 9º da EC nº 103, de 2019, podemos mencionar, entre outras, as seguintes prescrições constitucionais com eficácia plena e aplicabilidade imediata aos regimes próprios de previdência social dos entes federativos: (a) limitação do rol de benefícios às aposentadorias e à pensão por morte; (b) os afastamentos por incapacidade temporária para o trabalho e o salário-maternidade não devem ser pagos à conta do RPPS, ficando a cargo do Tesouro dos entes federativos, passando agora a ser considerado como um benefício estatutário e não mais previdenciário, integrando a remuneração para todos os fins*”;

Considerando que a Nota Técnica SEI nº 12212/2019/ME afirma em seu Item 86 que “*[a]s normas dos entes federados incompatíveis com a EC nº 103, de 2019, não são recepcionadas por esta, perdem a sua vigência diante da revogação, mesmo que não haja preceito revogatório expresso. Em verdade, a autoridade hierárquico-normativa da Constituição, cuja supremacia absoluta é reconhecida pelo colendo STF de forma inequívoca, independe do conteúdo do preceito constitucional, ou seja, da matéria de fundo presente na Constituição*”;

Considerando o disposto nos artigos 94-A a 94-F da Lei Complementar Municipal nº 42/2006 (*Estatuto dos Servidores Públicos*), acrescidos pela Lei Complementar Municipal nº 207/2020;

Considerando o trâmite no Processo Administrativo nº 5799.001-20211 realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoas,

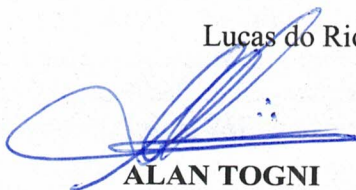
RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício **AUXÍLIO-DOENÇA**, a servidora Sra. **GEUSA CARMEM DA SILVA**, efetiva no cargo de **PROFESSOR DE PEDAGOGIA - 30H**, lotada na **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE**, com vencimentos integrais, a partir de **16 de SETEMBRO de 2021 e término em 30 de SETEMBRO de 2021**, nos termos dos §§ 2º e 3º do Art. 9º da EC nº 103/2019 c/c o art. 94-A, inciso I da Lei Complementar Municipal nº 42/2006.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 16 de Setembro de 2021.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lucas do Rio Verde - MT, 21 de setembro de 2021.



ALAN TOGNI
Secretário Municipal de Administração



ELAINE BENETTI LOVATEL
Secretária de Educação

Publique-se, registre-se e cumpra-se.